



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	Direitos Humanos e Meio Ambiente: o caso dos refugiados das comunidades indígenas do Xingu na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte/PA
Autor	WINNI FERNANDA HECKLER
Orientador	ANA PAULA ATZ
Instituição	UNIVERSIDADE FEEVALE

A presente pesquisa tem como tema os institutos do Direito Ambiental e dos Direitos Humanos, delimitando-se ao estudo de caso dos Refugiados das tribos indígenas do Xingu, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará. Tem-se como problema de pesquisa verificar quais os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ao meio ambiente e aos Direitos Humanos das tribos do Parque Indígena do Xingu, bem como analisar qual direito prepondera no conflito entre desenvolvimento econômico e os direitos indígenas, tutelados pelos Direitos Humanos e pelo Princípio da Dignidade Humana. O objetivo geral do trabalho consiste, portanto, na análise deste impacto causado ao meio ambiente e aos Refugiados das tribos do Xingu. Os níveis de pesquisa desenvolvidos na monografia foram exploratório e explicativo. Não há na doutrina brasileira, atualmente, entendimento pacificado acerca da relação entre Direito Ambiental e Direitos Humanos. Por este motivo, procurou-se, através do método exploratório, desenvolver a temática dos Refugiados Ambientais indígenas surgidos a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A pesquisa, por sua vez, foi também descritiva, uma vez que compreende, através de estudo de caso, análise do processo de Licenciamento Ambiental e da efetiva proteção do meio ambiente e dos Direitos Humanos no Brasil, sob a perspectiva deste caso concreto. Os métodos de abordagem utilizados na elaboração da presente monografia foram dedutivo e analítico, uma vez que a pesquisa buscou, por meio de levantamento bibliográfico, analisar os principais institutos envolvidos no trabalho referente à temática dos Direitos Humanos e Meio Ambiente. Em um segundo momento, também contou-se com o método indutivo, analisando a situação específica vivenciada pelas tribos do Xingu no que tange às operações empreendedoras em Belo Monte, verificando os impactos socioambientais decorrentes. O meio técnico de investigação foi verificado com a utilização de vasta pesquisa bibliográfica e documental, buscando subsídios em doutrinadores conceituados nas áreas de Direito Ambiental e Direitos Humanos, além do estudo de caso e do método pesquisa-ação, eis que a problemática dos Refugiados Ambientais trata-se de um problema de interesse coletivo. Os resultados finais encontrados permitem constatar que, no caso concreto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o processo de Licenciamento Ambiental apresenta diversas falhas na sua realização. Além disso, pode-se observar que a opção por este meio de geração de energia acarreta a diversos grupos sociais um grau significativo de anulação de direitos civis, em especial aos indígenas da região do Xingu, cujos Direitos Humanos foram violados. Ressalta-se, ainda, que não foram observados os princípios da precaução e prevenção, bem como os impactos da construção às comunidades locais, ferindo o princípio da informação. Verifica-se, portanto, neste caso concreto, a preponderância do desenvolvimento econômico em face dos Direitos Humanos, ameaçando, assim, a sobrevivência dos povos e das futuras gerações da região.

Palavras-chave: Parque Indígena do Xingu. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Licenciamento Ambiental. Refugiados Ambientais. Desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Ação Civil Pública, Meio Ambiente e Terras Indígenas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; MORITA, Dione Mari; FERREIRA, Paulo. **Licenciamento ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio-ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: SAFE, 1993.